autônoma e afetiva ela será.

Propomos, entretanto, aos educadores infantis, transformar o brincar em trabalho pedagógico para que experimentem, como mediadores, o verdadeiro significado da aprendizagem com desejo e prazer.

As atividades lúdicas estão gravemente ameaçadas em nossa sociedade pelos interesses e ideologias de classes dominantes. Portanto, cabe à escola e a nós, educadores, recuperarmos a ludicidade infantil de nossos alunos, ajudando-os a encontrar um sentido para suas vidas. Ao brincar, não se aprendem somente conteúdos escolares; aprende-se algo sobre a vida e a constante peleja que nela travamos.

É preciso que o professor assuma o papel de artífice de um currículo que privilegie as condições facilitadoras de aprendizagens que a ludicidade contém nos seus diversos domínios, afetivo, social, perceptivo-motor e cognitivo, retirando-a da clandestinidade e da subversão, explicitando-a corajosamente como meta da escola.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 1995.

BARRETO, Siderley de Jesus. Psicomotricidade: educação e reeducação.

Blumenau: Odorizzi, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília, 1998. v. 2.

CHATEAU, Jean. O jogo e a criança. São Paulo: Summus, 1987.

HUIZINGA, Johan. Homo ludens. São Paulo: Perspectiva, 1990.

LAROUSSE, K. Pequeno dicionário enciclopédico Koogan Larousse. Rio de Janeiro: Larousse, 1982.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Pedagogia da animação. São Paulo: Papirus, 1990.

NEGRINE, Airton. Aprendizagem e desenvolvimento infantil. Porto Alegre: Propil, 1994.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RESENDE, Carlos Alberto. Didática em perspectiva. São Paulo: Tropical, 1999.

ROSAMILHA, Nelson. Psicologia do jogo e aprendizagem infantil. São Paulo: Pioneira, 1979.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Proposta curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e médio.

Florianópolis: Cogen, 1998.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. Brinquedo e infância: um guia para pais e educadores. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SNEYDERS, Georges. Alunos felizes. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WAJSHOP, Gisela. Brincar na pré-escola. São Paulo: Cortez, 1995.

WINNICOTT, D.W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

MITOLOGIA IORUBA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A PRESENÇA DOS ORIXÁS E DEMAIS CRENÇAS AFRICANAS EM SALA DE AULA

ANDREIA RODRIGUES DA SILVA

Resumo

Este artigo é uma pesquisa para elaboração de uma proposta pedagógica sobre a mitologia Iorubá para ser desenvolvida com estudantes do ensino fundamental. Aliados aos estudos teóricos, temos como estudo prático a referência aos orixás pertencentes ao culto do Candomblé de Ketu, realizados em um terreiro localizado na cidade de Biritiba Mirim .Este processo de criação está ligado à ideia de que é necessário, constantemente, na prática de sala de aula, questionar hierarquias sustentadas pelo campo da arte, na qual alguns objetos são classificados como "artísticos", enquanto outros são relegados a categorias marginais, subalternas, "primitivas", "exóticas", dentre outras.

Palavras-chave: Ensino das artes visuais. Lei 10.639/2003. Educação das Relações Étnicoraciais. Mitologia Iorubá; Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os caminhos que tornam possível realizar atividades pedagógicas para estudantes do Ensino Fun-

damental. No ano de 2003, com a alteração da Lei 9.394/1996, houve a promulgação da Lei 10.639/2003-MEC, que estabelecia a obrigatoriedade do Ensino da História da África e dos africanos nos currículos escolares do Ensino Fundamental e Médio. Esta conquista atende, na educação, "a demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos"(BRASIL, 2004, p. 11). Nesse sentido, esta lei tem como objetivo afirmar o direito à diversidade étnico-racial na educação escolar, romper com o silenciamento sobre a realidade africana e afro-brasileira nos currículos e práticas escolares e afirmar a história, a memória e a identidade de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros na educação básica(GOMES, 2011, s/p.)

A promulgação da Lei 10.639/2003, que chega, este ano, aos seus 19 anos, instalou uma série de lutas nos mais variados contextos da educação brasileira. Lutas essas que são desiguais conforme os contextos (escolas, sistemas educacionais, regiões, etc.). Mesmo que, em certas realidades, essa discussão não tenha alcançado muita profundidade, é preciso conhecer e analisar as propostas que vêm surgindo, no sentido de abarcar as questões que Gomes (2011) cita acima, dentre muitas outras. De acordo com as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica", publicada em 2004, o ingresso e permanência da população negra e afrodescendente perpassa pelo reconhecimento estabelecido pelas políticas de reparação. O reconhecimento social desta população está diretamente associado à valorização da diversidade cultural pertencentes ao patrimônio material e imaterial afro-brasileiro. Nesse sentido, a escolha por trabalharmos a mitologia Iorubá cumpre a função de "valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas" (BRASIL, 2004, p. 12). No que diz respeito ao ensino das artes visuais, campo ao qual estamos ligadas/os, poderíamos citar uma série de estereótipos que se consolidaram através dos tempos e que permanecem nas práticas docentes da disciplina em todo o país. Sobressaindo entre essas práticas, o hábito de abordar "máscaras" como único tema representativo dasculturas africanas e ainda de forma descontextualizada (sem indicar, por exemplo, o país ou etnia originária). Ademais, reforça a ideia de que "não há arte na África" ou uma produção artística, especialmente a contemporânea, desse continente tão vasto, que infelizmente ainda é visto como primitivo, exótico, dentre outros . Dentre os diversos aspectos culturais da cultura africana, ressaltamos a Mitologia Yorubá, que está intrinsicamente ligada a formação da cultura brasileira. Essa mitologia engloba uma visão de mundo pulsante na cultura afrodescendente, de onde advém muitos ensinamentos transmitidos pelas histórias orais. Esse trabalho não tem intenção de ser conclusivo, nem diz respeito à totalidade de questões que temos tratado em relação a esta linha de pesquisa. Em tempos de "Escola sem Partido" e de elaborações da laicidade na escola com vieses racistas, nas quais se questiona a apresentação das religiosidades e mitologias africanas, demonizando-as, enquanto as ligadas às culturas judaico-cristãs são tidas como "naturais", dadas, o trabalho que descrevemos é (mais um) ato de resistência. Como proponentes, talvez deixemos escapar questões críticas importantes, as quais deixamos para leitoras/es futuras/os. Entretanto, ressaltamos a necessidade de unir forças, conforme afirma Nilma Lino Gomes em diversos de seus escritos, e acumular material para falarmos sobre questões raciais e negritude na escola.

Estas questões são feitas tendo em vista que, se não "suspendemos" determinadas hierarquizações que têm deixado populações e culturas inteiras à margem de alguns sistemas e instituições5, colaboraremos com a manutenção de um campo (da arte) que tem privilegiado um olhar muito específico o olhar branco/eurocêntrico, para nos mantermos em apenas uma instância. Por isso, a cada ano, fortalecemos nosso compromisso de pesquisar e mostrar a estudantes, manifestações culturais africanas, afro-brasileiras e indígenas, culturas populares brasileiras, artistas mulheres (principalmente negras e brasileiras) e outras/os que têm permanecido à margem do sistema de arte, sendo, muitas vezes, considerados "não-artistas", dinâmica historicamente reafirmada ao falar da arte feita por artistas negras/os, por exemplo (GOMES, 2017). Como exemplo icônico disso, temos a extensa obra de Arthur Bispo do Rosário (1909-1989), negro, pobre e "louco", que produziu, durante 50 anos, internado na Colônia Juliano Moreira (hoje museu que leva o nome do artista), na zona oeste do Rio de Janeiro. No final de sua vida, passou a ter sua obra exposta por todo o mundo, sendo reconhecido como um dos mais importantes artistas brasileiros no século XX (BÊTA, 2012; DANTAS, 2009). E, mais recentemente, a artista Sônia Gomes, única representante brasileira na Bienal de Veneza6de 2016, que, segundo suas próprias palavras, teve seus trabalhos, no Brasil, classificados como "coisa de doido e de negro"(BISPO, 2015, s/p.), mas que, em uma passagem pelos Estados Unidos, começou a ouvir que o que fazia "era arte contemporânea"(BISPO, 2015, s/p.). A nosso ver, instituir um processo pedagógico em que estes artistas (e manifestações culturais diversas) são apresentados como "arte", sem hierarquizações, é um pequeno passo no sentido de questionar alguns estatutos sociais e do próprio campo (e sistema) da

arte.

MITOLOGIA IORUBA: CULTURA DE MATRIZ AFRICANA NO BRASIL

A língua ioruba, da civilização de mesmo nome, é uma das mais antigas do mundo e tem como berço a costa oeste do continente africano, região também conhecida como África Ocidental. Estima-se que este grupo etnolinguístico tenha surgido com as primeiras cidades ancestrais a cerca de 5.500 anos (VASCONCELOS; LIMA, 2015), que se subdividiu em diversos reinos, com dialetos e cultos religiosos específicos, e com uma identidade comum. O povo iorubá chega ao Brasil, com a vinda de pessoas escravizadas nos dois últimos ciclos do tráfico negreiro, sendo eles, o 'ciclo da Costa da Mina', no século XVIII, e o 'ciclo da baía de Benin', entre 1770 e 1850" (VERGER SANTOS, 2016, p. 278). Se estabelece no país como modo de resistência frente à dominação escravocrata europeia e, com isso, forma uma das principais religiões de matriz africana conhecidas em diáspora: o Candomblé. Desde o início da diáspora africana para outros continentes, no século XV até meados do século XX, diferentes povos africanos tiveram que passar por intenso processo de ressignificação nas Américas, resistindo através da adaptação dos cultos aos ancestrais em terras estrangeiras. Foram longos anos de opressão, que ainda se refletem nos tempos atuais. Por essa perspectiva, as religiões afrodescendentes podem ser consideradas como "religiões de preservação de patrimônios culturais dos antigos escravos africanos e seus descendentes"(PRANDI, 1997, s/p.). No caso do Brasil, várias religiões de matriz africana se estabeleceram em estados distintos, como esclarece o pesquisador Reginaldo Prandi (1997, s/p.): "candomblé na Bahia, xangô em Pernambuco e Alagoas, tambor de mina no Maranhão e Pará, batuque no Rio Grande do Sul, macumba no Rio de Janeiro". Após a década de 1960, essas religiões se fortalecem e se espalham por todo o país, como foi o caso do candomblé, que da Bahia passou a coexistir em todos os estados brasileiros (PRANDI, 2001), e de outras que se sincretizaram também com religiões ocidentais. Dentro da diversidade afro-religiosa, cultural e etnolinguística, centralizamos os estudos no candomblé da chamada "Nação Alaketu" ou "Ketu", uma das mais conhecidas e cultuadas no Brasil, trazida pelos povos de língua iorubá. Em linhas gerais, o candomblé possui outras nações que formam suas tradições, oriundas de diferentes regiões da África, como as nações Angola, Efón e Djeje. A mitologia Ioruba, através dos guardiões da memória e do saber africano, foi uma das bases da consolidação do candomblé da chamada nação Ketu no Brasil. Segundo o etnólogo malinês, Amadou Hampatê Bá (2010, p. 174), "os grandes depositários da herança oral são os chamados 'tradicionalistas'". Dentre esses mestres, damos destaque aos Griots, que, na tradição oral africana, são agentes ativos e naturais na comunicação entre comunidades e/ou grupos étnicos (HAMPATÊ BÁ, 2010, p. 195). Os tradicionalistas e os Griots, sejam músicos, embaixadores (responsáveis pela mediação entre importantes famílias), genealogistas, historiadores, transmitiram por meio da palavra falada os ensinamentos e saberes fundamentais para a sobrevivência da tradição africana pós diásporas. Através desta mitologia, os negros aqui escravizados puderam manter a prática de seus cultos, ritos que permanecem até os dias de hoje, no Rio de Janeiro e em diversos estados do país. Usando a cosmogonia africana, mantenedores destas tradições orais deram um caminho de entendimento para que as religiões de matrizes africanas não se perdessem através dos tempos. Cosmogonia é o termo usado para versar sobre todo o contexto envolvendo mitologia, lendas, religiões, ciências e demais ferramentas, que explicam a origem do mundo, segundo um ponto de vista. A cosmogonia africana, e nesse caso, iorubá, é o conjunto de saberes, de tradição oral, que explicam a criação do mundo (NASCIMENTO; ABIB, 2016). Tais divindades (orixás) são herança da cultura afro-brasileira, que durante muitos anos ficaram fora das salas de aula, tanto no Ensino Básico, como das universidades, sendo invisibilizadas. E, sem o devido debate nestas duas instâncias da educação, a cultura africana e afro-brasileira não terá seu lugar na formação de cidadãs e cidadãos brasileiros, visto que, em termos mundiais, o Brasil só perde em população com origem africana para a Nigéria, país com maior população no continente africano e sétimo mais populoso do planeta. Estimam-se que cerca de quatrocentos orixás sejam cultuados na África Ocidental atualmente (PRANDI, 1997). No Brasil, dezesseis orixás principais são cultuados por meio da prática religiosa do candomblé: Exu, Ogum, Oxóssi, Ossaim, Obaluaiê, Oxumaré, Iansã, Xangô, Oxum, LogunEdé, Obá, Ewá, Yemanjá, Nanã, Oxaguiã e Oxalá. Eles representam os muitos cultos africanos, sendo um recorte bem mais reduzido em relação aos cultos daquele continente. No Rio de Janeiro, onde surgiu a religião umbanda, também se consolidou o candomblé de nação Ketu, sendo a religião de muitos estudantes da Educação Básica, inclusive na escola em que este trabalho foi realizado. A escolha por trabalharmos com a mitologia Iorubá se justifica pela extrema importância que este conhecimento africano tem na formação da sociedade brasileira e pelo fato de haver um maior número de publicações sobre seus mitos (PRANDI, 2001). Ademais, mediante o infeliz crescimento da intolerância religiosa e do racismo, privilegiar a mitologia Iorubá frente outras mitologias é, para nós, um ato de resistência.

MULTICULTURALISMO NO BRASIL E SUA PRESENÇA NA ESCOLA

O Brasil é internacionalmente conhecido pela sua diversidade cultural. Seu multiculturalismo deriva principalmente da junção de crenças e costumes trazidos por seus colonizadores europeus, pelos escravos africanos e pela população indígena já nativa no pais. Exemplo disso são os costumes específicos de cada região do país, que variam de acordo com aqueles que compõem a maioria da população de cada local. Na região sul a influência europeia, em maioria alemã e italiana, está presente nas festas tradicionais onde ocorre a pisa da uva, nas danças como o fandango, na culinária desde o vinho, o chimarrão até o barreado. Já na região norte, a tradição indígena prevalece, principalmente na culinária em que estão presentes o tucupi e o tacacá, o jambu e vários pratos onde os ingredientes principais são a base de mandioca e peixe, além é claro das festas típicas como o Festival de Parintins que conta a história do Boi-Bumbá de forma alegre e colorida lembrando as danças das tribos indígenas (FRANCISCO, 2017). A região centro-oeste tem influências da cultura de alguns estados da região sudeste, do Paraguai e da Argentina e dos índios. Na culinária, várias qualidades de peixes que provem dos rios da região são utilizados, assim como alguns frutos nativos como o pequi. Prevalecem também o arroz carreteiro e a sopa paraguaia, como costumes típicos temos o cururu e o fogaréu. Nas regiões nordeste e sudeste prevalece em grande parte a influência africana, na tradição da congada e na festa de Iemanjá, na dança e na música vem o samba, o batuque, o agogô e a luta da capoeira ao som do berimbau. Na culinária, o azeite da palmeira de dendezeiro, trazida da África, é fortemente utilizado, dentre os pratos principais estão o acarajé, o vatapá, a feijoada, o caruru, a farofa e a linguiça. As crenças religiosas, como a Umbanda e o Candomblé, são também de origem afro-brasileira (FRANCISCO, 2017). A prevalência da cultura africana nas duas regiões citadas anteriormente pode ser facilmente explicada. Durante o período colonial, a maioria dos escravos eram trazidos para região sudeste para trabalhar nas minas e lavouras, mas alguns destes migravam para a região nordeste, principalmente para a Bahia, e após a alforria se mantiveram nessas regiões com suas famílias. Outro fato relevante para esta explicação, era a localização do Quilombo dos Palmares, em Alagoas, para onde fugiam escravos de diversos locais, já que a captura na região era menos propensa devido ao difícil acesso do local (FERREIRA, 2013). A diversidade das culturas em nosso país também está presente na miscigenação. Durante o período colonial, mais precisamente no século XVII, os africanos trazidos como escravos vinham de diversas regiões do seu país de origem, podendo ser divididos em dois grupos maiores, Bantos e Sudaneses. A hibridização começou pelos descendentes dos próprios africanos e posteriormente pela mistura destes com os europeus. Este fato pode ser explicado por um costume da época, os senhores da elite branca compravam escravas com quem seus filhos tinham a iniciação sexual, e esta, por muitas vezes, resultava em gravidez, da qual os descendentes ficavam conhecidos como mestiços (FERREIRA, 2013). "Da mulata que nos tirou o primeiro bicho- de- pé de uma coceira tão boa. De que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da camade- vento, a primeira sensação completa de homem" (FREYRE, 2001, p. 348). Outro fator fortemente influenciado pelos afrodescendentes, foi o religioso. Os Bantos trouxeram consigo de seu país os cultos que deram origem ao candomblé de caboclos quando acolhiam os espíritos indígenas, e que posteriormente se transformaram na umbanda. Os feitiços realizados pelos escravos eram famosos, ficaram conhecidos principalmente pelas magias afrodisíacas utilizando de bichos e ervas indígenas, também pelas feitiçarias realizadas com sapos tanto para apressar casamento quanto para acobertar traições das esposas. Já os Sudaneses, em seus cultos uniram as tradições africanas, o catolicismo e o espiritismo, dando origem ao candomblé e a umbanda que até hoje são fortemente praticados (FERREIRA, 2013). A influência africana teve importantes personalidades, heróis da época, que lutaram por sua liberdade com garra e resistência. Dentre os afrodescendentes mais conhecidos no Brasil, que se tornaram exemplo até os dias atuais podemos destacar Zumbi dos Palmares, Dandara dos Palmares, Chica da Silva e Chico Rei (HERMES, 2017). Começaremos falando do lendário Zumbi. Nascido no mocambo dos Palmares, em Alagoas, no ano de 1655, era livre até ser capturado no ano de 1662, aos sete anos, e entregue ao padre Antônio Melo pelo qual foi batizado com o nome de Francisco. Ficou sob os cuidados do padre, aprendeu latim e português e auxiliava nas missas, até o ano de 1670, quando aos quinze anos de idade fugiu de volta ao quilombo. Suas habilidades na luta e nas artes marciais foram reconhecidas rapidamente, o que lhe garantiu a fama de bravo guerreiro. Lutou contra soldados portugueses durante ataques ao quilombo, foi contra o atual líder dos Palmares quando o mesmo pretendia um acordo com o coroa portuguesa para que os membros fossem considerados livres, sendo que para Zumbi a liberdade deveria ser para todos os negros (FRAZÃO, 2018). Por este fato, Zumbi criou uma guerra civil dentro do quilombo, onde derrotou o atual líder e assumiu seu lugar, criando novas normas mais rígidas e beneficiando mais aqueles que ali buscavam abrigo, fato esse que fica comprovado pelo aumento dos membros em quase sete vezes mais entre 1630 a 1678. Domingues Jorge Velho é contratado para liderar uma tropa fortemente armada que destrói o quilombo após uma luta longa, que durou mais de vinte

dias. Zumbi, embora devastado por dentro pelo fim do quilombo, ainda consegue fugir por aproximadamente um ano. Foi morto no dia 20 de novembro de 1695, após ter sido capturado, depois da delação de um de seus antigos companheiros, teve a cabeça decepada e exposta na praça pública em Recife. Devido a este fato, como forma de homenageá-lo foi instituído no Brasil, em 2003, o dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro. Foi o principal exemplo de herói negro, por sua resistência e por sua luta pela igualdade racial e o fim da escravidão (FRAZÃO, 2018). Dandara foi esposa de Zumbi, viveu no Quilombo dos Palmares, foi exemplo de luta e determinação. Exerceu os mais variados tipos de atividades, deste de plantação, caça, serviços domésticos, até a luta e empunhadura de armas. Foi capturada e em forma de resistência, para não ser escravizada, jogou-se de uma pedreira, cometendo o suicídio em 6 de fevereiro de 1694. Por todos esses fatos citados é considerada a heroína do quilombo (TINOCO, 2014). Francisca da Silva de Oliveira, mais conhecida por Chica da Silva, nasceu em Diamantina no ano de 1732, era filha de um português e uma africana. Foi livre até a adolescência e depois foi comprada pelo sargentomor Manoel Pires Sardinha para trabalhar em suas lavouras, com ele teve um filho em 1751, Simão Pires Sardinha, e este foi reconhecido como herdeiro legitimo do pai. Em 1753, com vinte e dois anos de idade, foi comprada pelo contador de diamantes João Fernandes de Oliveira, em pouco tempo foi alforriada e passou a viver com ele. A união com o contador durou dezessete anos e frutos dessa relação vieram treze filhos. Todos os herdeiros receberam o sobrenome do pai e tiveram acesso a uma educação excelente. O contador precisou retornar a Portugal após a morte de seu pai em 1770, foi levando seus filhos homens como era costume na época, deixando Chica e as filhas em Minas Gerais (FRAZÃO,2016). João Fernandes não retornou de Portugal e então Chica da Silva assumiu a educação das filhas e os negócios do marido. Embora não tenha vivido com o contador, que faleceu em 1779, o restante dos anos de sua vida, continuou sendo respeitada pela elite mineira. Fez doações as igrejas da região, tanto para as exclusivamente da elite branca, quanto a dos mestiços e a dos negros. Faleceu no dia 15 de fevereiro do ano de 1796 e indo contra os costumes da época seu sepultamento foi realizado em um local até então exclusivo dos brancos, mais precisamente na então irmandade religiosa São Francisco de Assis.

Chica foi exemplo por suas conquistas, ficou popularmente conhecida como "Cinderela negra" graças a sua ascensão a elite, até então exclusiva dos brancos, por meio da sua união estável com o contador. Em contrapartida, podemos levantar a hipótese de que ela por si só conquistou seu lugar junto a classe burguesa da região, já que mesmo na ausência de seu cônjuge, seu posto foi mantido (BERNARDO, 2016). Chico Rei, como ficou conhecido devido sua generosidade, antes de batizado Francisco era chamado pelo nome de Galanga. Veio para o Brasil em um navio em 1739, foi vendido junto a sua esposa para trabalhar na Mina da Encardideira, em Ouro Preto. Trabalhou, incansavelmente, até conseguir comprar sua liberdade e de sua mulher. Foi exemplo de solidariedade quando comprou também a alforria daqueles que vieram junto a ele no navio. Era devoto de Nossa Senhora do Rosário dos pretos e de Santa Efigênia, em 1785 construiu junto a outros negros uma igreja dedicada as santas. Esta construção foi um grande marco para os negros por dois motivos principais, primeiro por possibilitar que os corpos destes fossem sepultados dignamente em um cemitério católico, o que antes só era permitido aos brancos, e segundo permitiu que manifestassem sua fé com cantos, danças e louvores as santas (WERNECK, 2012).

VALORIZAÇÃO DAS DIVERSIDADES

A inclusão do estudo da História e cultura afro-brasileira tem importância significativa na desconstrução do preconceito étnico e racial. O professor tem papel fundamental neste processo, pois a forma como esse aborda a temática e lida com as perguntas confrontantes de seus alunos influi na visão dos mesmos sobre a diversidade cultural (SILVA E FONSECA, 2007). "Exige dos professores sensibilidade, postura crítica e reflexão sobre nossas ações, sobre o cotidiano escolar, sobre as relações sociais e culturais que experienciamos no século XXI" (BORGES, 2015, p.12). A resolução que implementou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, determina em seu artigo primeiro que as instituições de ensino devem estar capacitadas para trabalhar tal temática, principalmente aquelas que tem por papel a formação dos professores, já que estes devem estar visivelmente preparados para abordar este assunto em sala de aula. As mesmas diretrizes por meio de seu artigo terceiro determinam que as instituições de ensino são responsáveis por estabelecer a forma de que a temática deve ser trabalhada, por meio de atitudes e valores, transmitidos por meio dos professores e com apoio e supervisão do sistema de ensino (BRASIL, 2004) "A atual política curricular atribui ao ensino o papel de formar um novo cidadão, capaz de compreender a história do país e do mundo como resultante de múltiplas memórias originárias da diversidade de experiências humanas em oposição ao entendimento, até então dominante, de uma memória unívoca das elites ou de um passado homogêneo" (BORGES, 2015, p. 12). O artigo quinto das diretrizes estipula que o professor, além de estar capacitado para ministrar o conteúdo, deve estar preparado para assegurar ao aluno negro os seus

direitos e corrigir aqueles que manifestem palavras de desrespeito e discriminação no ambiente escolar. Por meio desse fica claro que além de transmitir os ensinamentos sobre a cultura afro-brasileira é fundamental garantir os direitos dos afrodescendentes e quebrar o preconceito existente. (BRASIL, 2004) Para melhor compreensão da questão vamos definir as diferenças entre racismo, preconceito e discriminação. Racismo é uma relação de hostilidade a diferentes raças e etnias, considerando a supremacia de apenas uma etnia sobre as demais. Já o preconceito é uma ideia criada sobre determinado assunto antes de conhece-lo, normalmente associada a aquilo que outras pessoas pensam sobre o assunto, que geralmente leva a intolerância. E, por fim, a discriminação pode ser definida com a quebra da equidade, diferenciação e exclusão de um determinado grupo. Outro fator relevante é determinar também os significados de cor, raça e etnia. Cor é a pigmentação presente na pele, raça é a subdivisão de espécies que apresentam características obrigatoriamente herdadas por todos seus descendentes, no caso da espécie humano existe apenas uma raça, e etnia pode ser definida como um conjunto de características presentes no indivíduo de cada região, dentre esses, o modo de falar, a crença religiosa e suas formas de agir e se vestir (ANDREUCCI, 2016). Para garantir igualdade aos afrodescendentes, em 3 de julho de 1951 passou a vigorar a lei nº 1.390, conhecida como Lei de Afonso Arinos, que determinava penalizações para aqueles que praticassem o preconceito de raça e cor. As penas variavam de multas no valor de 500 a 5000 cruzeiros, prisão simples de quinze dias a um ano e em alguns casos específicos a perda do cargo exercido pelo agressor (BRASIL, 1951). A lei citada anteriormente foi modificada pela nº 7.716 que entrou em vigor em 5 de janeiro de 1989, onde além do preconceito de raça e cor também incluía o preconceito a etnias. As principais modificações realizadas foram em relação a penalidades, cuja reclusão de (no máximo) um ano passa a ser de até cinco anos. Por fim, para concluir as modificações necessárias, em 20 de julho de 2010 foi instituído o Estatuto de Igualdades Raciais, por meio da lei nº 12.288 que passou a garantir para os afrodescendentes a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica (BRASIL, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de intolerância religiosa contra as religiões de matriz africana, e de tantos acontecimentos funestos correlacionados, este trabalho clama pelo respeito à diversidade cultural e religiosa, e pelas vidas que os mantém. Um trabalho com essa temática visa a desconstrução da "demonização" causada por mecanismos próprios do processo colonial, vividos pelo continente africano e pelo Brasil. Através da pesquisa sobre as religiões de matriz africana, pode-se descobrir que a tradição de um povo precisa ser respeitada do mais jovem ao mais idoso.

Dentre as questões que "guiam" nosso trabalho estão a pesquisa de artistas e manifestações culturais, leituras, discussões coletivas e planejamentos de aulas, que tratam da arte como produção da cultura, do questionamento de hierarquias euro-centradas. Para nós, é através do fazer, do experienciar, que o ensino da cultura africana para crianças pode contribuir para a

quebra de paradigmas e estereótipos já bastante impressos em nossa sociedade. O processo educativo é de longo prazo e diz respeito a ações interligadas. É bastante difícil para nós afirmar qualquer coisa quanto ao lastro que este trabalho deixará, entretanto, insistimos em escrever sobre ele porque acreditamos que ações como essas ainda são extremamente necessárias e sabemos que não se trata de uma ação isolada. Nossas crianças discutem, sob os mais variados prismas, questões relativas a raça, racismo, religiosidades afro-brasileiras, dentre tantas outras. O que temos visto, no decorrer dos anos, são essas mesmas crianças se tornando adolescentes engajadas e engajados em movimentos estudantis com as mais variadas pautas. E esta semente é plantada, ano a ano, ali, na educação de crianças de de diversas idades. Este trabalho abre, junto a Exu, um caminho repleto de desafios, tanto para os educadores, como para os estudantes, que pode (re)descobrir aspectos culturais como a mitologia Iorubá e orixás estão presentes na formação na sociedade brasileira, por meio da cultura e das religiões de matriz africana. A experiência de trabalho com essa abordagem temática, contribui para o amadurecimento de propostas e investigações, serve também para aprendermos com os nossos erros e acertos, caminhando assim rumo a uma educação que seja realmente libertária e antirracista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AWOFA OGBEBARA. Igbadu: a cabaça da existência: mitos nagô revelados. Rio de Janeiro: Pallas, 2014. BETA,

Janaina L. Madras: arte e sagrado em Arthur Bispo do Rosário. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação/Secad. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. Brasília: SECAD/ME, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Rela-